



ATA DE REUNIÃO

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às 14h 30min, compareceram na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Administração e de Gestão de Pessoal, situada na Rua Solimões, 160, São Francisco, as pessoas nominadas na lista de presença anexa a esta ata, representando a SMAP, SMF, SGM e os representantes do SIGMUC. Iniciou a reunião com a Administração explicando que os itens da pauta relacionados com o Estatuto da Guarda Municipal serão retomados posteriormente visto que a SMDT solicitou que se aguardasse a publicação do Regimento Interno da Secretaria. Informou que serão discutidos na reunião de hoje a questão da revisão geral anual dos salários, do plano de carreiras e aumento do vencimento inicial em função da ampliação das atribuições da guarda municipal. O SIGMUC solicita que seja incluída nas discussões desta reunião a pauta referente à Corregedoria porque o assunto está pendente de regulamentação desde 2016 e a não instituição da mesma está causando prejuízos tanto internos quanto externos aos guardas municipais. O SIGMUC vem alertando a Administração que a não instituição da Corregedoria nos termos da lei federal 13022 de 2014 implica em descumprimento das regras para a concessão do porte de arma de fogo para a guarda municipal e poderá causar prejuízos incalculáveis ao desenvolvimento das ações executadas pela guarda municipal, inclusive podendo ensejar responsabilização da Administração Municipal. A Administração informa que agendará reunião com a SMDT para discutir o assunto e levará a questão ao Secretário da SMAP. O SIGMUC pede urgência no assunto. A Administração informa que a média de reajuste salarial anual nas capitais em 2019 é de 3,52% e que portanto a proposta de 10% não é viável. O SIGMUC informa que o índice de 10% apresentado contempla não apenas a correção da inflação dos últimos 12 meses mas também os percentuais dos anos anteriores que não foram



repassados aos guardas municipais. O SIGMUC destaca a necessidade de se elevar o vencimento inicial da carreira devido ao acréscimo de atribuições, inclusive por força de lei municipal, dentre elas as atividades de fiscalização e policiamento de trânsito e a fiscalização das medidas protetivas no âmbito da Patrulha Maria da Penha. Ressalta ainda que nenhuma outra categoria no âmbito do Município apresentou tal acréscimo de atividades. A Administração informa que analisará todos os pleitos sobre aumentos salariais por categoria individualizadas após o equacionamento da questão dos planos de carreira. O SIGMUC questiona o prazo de apresentação dos estudos dos planos de carreira. A Administração informa que foram realizadas as reuniões, o que gerou material extenso, e que está finalizando a compilação dos dados em formato de relatório. O SIGMUC explana que o plano de carreira da guarda municipal foi concebido para fixar o servidor no serviço municipal, tendo em vista todo o investimento realizado na formação e qualificação continuada destes servidores. A Administração explica que compreende a situação dos guardas municipais mas está obrigada a analisar qualquer pleito sob uma visão mais global em função da necessidade de manter o equilíbrio nas contas públicas. A Administração reafirma que o prazo legal para equacionamento da questão dos planos é 31 de dezembro de 2019 e que antes desta data o relatório da Comissão de Estudos será informado ao SIGMUC conforme referido na regulamentação do procedimento. Destaca que os grupos de estudo encerraram os seus trabalhos e que neste momento está ocorrendo apenas a finalização dos relatórios. O SIGMUC questiona quando será realizada a reunião para tratar especificamente sobre o plano de carreira da guarda municipal. A Administração informa que nesse momento não pode estabelecer a data de apresentação pois depende da finalização de relatório já mencionada. O SIGMUC alerta a necessidade de que no próximo concurso para guarda municipal haja a previsão da realização de investigação social como um dos critérios de seleção por exigência da lei 13022 de 2014. Destaca que a investigação não pode se restringir a mera análise documental, ficando sob a responsabilidade da corregedoria da guarda municipal



tal tarefa. A Administração informa que irá incluir a previsão de investigação social como etapa facultativa nos procedimentos de concursos e que para a guarda municipal essa terá caráter obrigatório. O SIGMUC solicita reunião específica para tratar sobre a jornada de trabalho e descontos com relação a afastamentos. A Administração informa que irá agendar a reunião. O SIGMUC questiona ainda se haverá novo encontro para apresentação do índice oficial a ser concedido a título de revisão geral anual. A Administração esclarece que tem a intenção de realizar a reunião. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião, que foi por mim Sergio Grossmann, secretariada.

Mariano Bressan.

RODRIGO ADJUZ

Caio César Zarkato

SERGIO M. GROSSMANN

Maria de Lourdes d'Avila

d'Avila

Ryane Saldani Sobrinho

Roberto Junior Presbionca
SIGMUC